

## Educação, Trabalho e Democracia Ameaçada

**Gideon Borges dos Santos**

[Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana  
Pesquisador do Cesteh/ENSP/Fiocruz]

O sentido mais comum que o trabalho adquiriu ao longo dos últimos anos e séculos se define como meio para que homens e mulheres possam garantir para si e sua prole a sobrevivência.

Em uma espécie de condenação, na qual a maior parte da espécie humana que não detém os meios de produção está submetida, a "sobrevivência" no sistema capitalista ganha contornos muito mais complexos do que aqueles anunciados pela lógica da natureza. Não deixa de ser surpreendente como os *shopping centers*, que são ícones do consumismo na sociedade contemporânea, além de se revelarem como um empreendimento altamente lucrativo, atraem pessoas de diversas idades, ávidas por adquirir tudo o que o lugar lhes oferece. A organização desses espaços para o trabalhador despender seu tempo ocioso e renda, sobretudo, buscando formas que lhes dão uma sensação de imediato prazer, são sinais de uma sociedade bem estruturada para estimular o consumo. Ocorre que trabalho e consumo são faces de uma mesma moeda que servem de sustentação para a sociedade capitalista, na medida em que permite a produção de bens e, por conseguinte, o seu desaparecimento em um processo cíclico, capaz de gerar bastante lucro.

No entanto, buscando dar conta da vida - uma atividade eminentemente privada - e com tantos apelos ao consumo, sobram poucas oportunidades para que as pessoas se dediquem à atividade política. E a formação humana, que deveria equipar o cidadão para se ocupar das questões comuns, reproduz valores preconizados pela sociedade capitalista, o individualismo, a propriedade privada, o interesse próprio. A preparação para o mundo do trabalho e para o exercício pleno da cidadania sempre foram os interesses da escola moderna. E apesar dos índices de desistência das classes populares pela instituição escolar, a formação para o trabalho atendeu de maneira mais ou menos conforme àquilo que está preconizado pelo sistema econômico.

Contudo, quando se trata de formar o cidadão, ao menos para participar da vida pública do país, o que se observa é uma população pouco preparada para tomar decisões políticas, mesmo quando se trata de escolher seus representantes.

Basta tomar como exemplo as últimas eleições presidenciais brasileiras, cuja mentira, a mais velha estratégia política, atualmente batizada de *fake news*, determinou a escolha do voto de milhões de eleitores, revelando a inabilidade da população para lidar com os artifícios da política.

O capitalismo ameaça a democracia porque investe sua energia em processos privados, ao passo que a democracia ocupa-se da participação comum.

Ocorre que o exercício da atividade pública, para não citar o plantel de servidores do Estado, tem ficado a cargo de políticos profissionais que, grosso modo, vivem do seu próprio trabalho, sendo portanto investido de interesses próprios.

É claro que tomar a atividade do político por esta via somente passou a fazer sentido com o advento da centralidade do trabalho, na qual todos, como quer a tese marxista, à exceção dos detentores dos meios de produção, passaram a depender da força de trabalho para garantir o sustento e, em último grau, a própria vida.

Nesse contexto, a política não fugiu a essa regra e também passou a se orientar pelas mesmas formas de organização que regem o mundo produtivo.

Ora, o que está em jogo nessa organização social é que, diferentemente do trabalho e do consumo, a política é investida de sentidos comuns com o fito de instituir a sociedade.

Com a centralidade do trabalho na vida das pessoas era preciso que políticos profissionais, pela representatividade, governassem no lugar da população.

A democracia representativa foi a solução encontrada para garantir um mínimo de participação popular na decisão dos rumos da sociedade.

Pelo voto, o povo escolhe seus governantes, a partir de uma plataforma de governo sobre a qual os indivíduos se identificam.

Ocorre que essa identificação nunca é total ao conjunto de propostas defendidas pelos eleitores, pois nem sempre os representantes, aos quais foram confiados o voto, tomam decisões de interesse coletivo.

Sem a possibilidade de se fazer representar por um conjunto de pessoas, mesmo que dividam entre si fragmentos de um projeto de sociedade, a democracia representativa leva à alienação na medida em que outrem passa a decidir em nome de um grupo heterogêneo, no qual os interesses nem sempre coincidem.

Não sendo parte da experiência formativa do político o bem comum, poucos são aqueles que resistem aos encantos da corrupção e não fazem prevalecer seus próprios interesses.

O fato é que a democracia, aquele que nos parece ser o mais frágil dos regimes, está ameaçada pelos discursos conservadores que pedem a volta de regimes totalitários, pelas descrenças nas narrativas da esquerda que reproduziu aquilo que ela mesma sempre criticou, pela própria representatividade, que mostra sinais claros de falência, pelo sistema educacional, que investe na preparação para o trabalho como estratégia suficiente para se alcançar a cidadania, e pela população de trabalhadores que, alienada pelas suas próprias necessidades, mostra poucas preocupações com os assuntos que dizem respeito à vida comum.

É preciso, portanto, reinventar os espaços coletivos de maneira a tornar a participação social matéria e motivo para a formação humana e para a experiência democrática. ■■■

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*